



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

GT (Estudos e Pesquisas em Espaço, Trabalho, Inovação e Sustentabilidade)

A EVOLUÇÃO DA TAXA DE MAIS-VALIA NO BRASIL (2000–2021): UMA ANÁLISE COM BASE NAS CONTAS NACIONAIS

Renê Airton Cunha Soares¹

Alex de Sa Cardoso Sena²

RESUMO

A mais-valia é central na crítica da economia política de Marx por evidenciar as relações de exploração no capitalismo. A medida empírica desse conceito é a taxa de mais-valia. O comportamento dessa variável pode revelar os impactos das políticas econômicas sobre a distribuição da riqueza. Contudo, no contexto brasileiro, a taxa de mais-valia é pouco quantificada, especialmente após as reformas neoliberais de 2016, limitando o conhecimento da trajetória dessa variável nos anos recentes. Este artigo se propõe a expor e analisar a evolução da taxa de mais-valia no Brasil entre 2000 e 2021, comparando-a com outras variáveis econômicas do trabalho, como produtividade do trabalho produtivo e remuneração média. A pesquisa é de natureza quantitativa, documental e explicativa, com base nos dados do Sistema de Contas Nacionais (SCN/IBGE) e abordagem teórico-empírica de inspiração marxista. A taxa foi estimada a partir da razão entre valor adicionado e remuneração nos setores produtivos. Os resultados indicam queda da taxa até 2015 com inflexão a partir de 2016, mas que se acentua nos anos de 2020 e 2021. Nesse período, a produtividade cresce, a remuneração recua, e a mais-valia atinge seu maior valor. Essa trajetória expressa o aprofundamento da exploração do trabalho no capitalismo brasileiro e aprofunda o debate sobre a redistribuição da renda em regimes neoliberais voltados para as altas finanças.

Palavras-chave: Taxa de mais-valia; Exploração do Trabalho; Neoliberalismo; Contas Nacionais; Macroeconomia.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a economia brasileira passou por períodos de crises, com queda acentuada no Produto Interno Bruto (PIB) entre 2016 e 2020. Parte dessa retração econômica pode estar associada a uma série de políticas de caráter neoliberal adotadas durante o governo do presidente Michel Temer, que promoveu a Reforma Trabalhista em 2017, seguida da Reforma da Previdência, promulgada em 2019, no governo de Jair Bolsonaro. Além disso, a crise sanitária global provocada pela pandemia de COVID-19 contribuiu significativamente para o agravamento da crise, não apenas no Brasil, mas em escala mundial.

¹ Graduando em Ciências Econômicas (UFRN), e-mail: rene.cunha.099@ufrn.edu.br

² Graduando em Ciências Econômicas (UFRN), e-mail: alex.sena.017@ufrn.edu.br



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

Apesar de sua relevância teórica, a taxa de mais-valia ainda é pouco quantificada no Brasil, especialmente no período pós-reforma trabalhista (2017) e durante a pandemia de COVID-19. Este artigo busca preencher essa lacuna, utilizando dados de valor agregado das remunerações do Sistema de Contas Nacional (SNC). Diante desse cenário, este artigo analisa a série histórica do comportamento da taxa de mais-valia no Brasil entre 2000 e 2021. Para isso, utilizou-se uma metodologia baseada em Freitas (2021), mas adaptada de acordo com as possibilidades fornecidas pelo Sistema de Contas Nacional (SCN)

O objetivo desse estudo é analisar o comportamento da taxa de mais-valia, com destaque para sua trajetória descendente até 2015 e a posterior inflexão que ocorre em 2016. Serão analisados os impactos das políticas governamentais, como a reformas trabalhista, da previdenciária, e qual foi o impacto da pandemia de COVID-19, e como esses eventos impactaram a medida de exploração do trabalho, os lucros e a distribuição do salário real.

A próxima seção desse trabalho irá expor o conceito de mais-valia e sua relevância para análises econômicas, a terceira seção será uma contextualização histórica das políticas econômicas de cada governo. A quarta seção é a construção metodológica do artigo, explicando como foi calculada a taxa de mais-valia. A quinta seção serão expostos os resultados e a análise das variações da taxa de mais-valia. Por último, uma seção de conclusão do trabalho.

2 TAXA DE MAIS-VALIA E EXPLORAÇÃO DO TRABALHO

A mais-valia, conforme Karl Marx (2015) em *O Capital*, refere-se ao valor excedente apropriado pelo capitalista a partir do trabalho não pago ao trabalhador. Esse conceito é fundamental para compreender a teoria marxista, que entende o sistema capitalista não apenas como um sistema de produção, mas também como um conjunto de relações sociais subjacentes ao processo produtivo. Segundo Marx, o capitalismo oculta essas relações de exploração do trabalhador pelo capitalista.

Além disso, o trabalho, na perspectiva do sistema capitalista, também é considerado uma mercadoria, embora apresente particularidades que o diferenciam das demais: seu caráter intangível e o fato de a força de trabalho estar intrinsecamente ligada a um componente orgânico — o trabalhador. Este, por sua vez, oferece sua força de trabalho por um período



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

determinado, correspondente à sua jornada laboral, e, durante esse tempo, essa força pertence ao capitalista. Esse processo é definido por Marx como alienação do trabalho, na qual o trabalhador — peça fundamental do processo produtivo capitalista, pois é a partir dele que se gera o valor excedente — torna-se alheio ao próprio trabalho, uma vez que não exerce controle sobre a mercadoria produzida, que é propriedade do capitalista.

A taxa de mais-valia, deriva do conceito de mais-valia, como forma de quantificar o grau de exploração do trabalho, que pode ser medida como a razão entre a quantidade de mais-valia pelo capital variável ou de forma temporal (tempo de trabalho necessário/excedente).

Taxa de mais-valia: $\frac{S}{V}$; onde S representa a mais-valia e V; o capital variável.

A taxa de mais-valia representa, portanto, um índice da distribuição primária do rendimento na produção capitalista, quando a força de trabalho se torna uma mercadoria e os salários ficam aquém do valor produzido pelo trabalho. Marx (1992: 326) definiu a taxa de mais-valia como a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital. Esta taxa é definida numa fórmula algébrica como a razão entre a mais-valia e o capital variável, sendo a primeira o excedente do valor do produto sobre a soma dos seus elementos de produção (Freitas, 2021, p. 401).

Em termos monetários, a taxa de mais-valia é um instrumento para quantificarmos o grau de exploração do trabalho em uma determinada economia. É possível medir e comparar a sua evolução ao longo do tempo e como a mais-valia se relaciona com o grau de produtividade, lucros e salários.

A mais-valia, no Brasil apresentou um crescimento a partir de 2016 como foi sinalizado por Freitas (2021), após um período de redução na taxa de mais-valia durante os anos de 2003 a 2015. Entre 2020 e 2021, as causas para o aumento na taxa de mais-valia, são incertos, podendo ser associado tanto ao aumento na taxa de lucro, promovendo novamente um maior acúmulo de capital ou a pandemia de COVID-19 que assolou a economia mundial. Em momentos de crise como esse, a precarização e exploração do trabalho tendem a aumentar.



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

3 CONJUNTURA BRASILEIRA NO PERÍODO ANÁLISADO

Para melhor compreender e dar corpo as análises das variações da taxa de mais-valia, é fundamental contextualizar o período histórico analisado e evidenciar as transformações macroeconômicas e políticas ocorridas desde o final do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) até o governo de Jair Bolsonaro. A presente seção se dedica a essa tarefa.

Reeleito no primeiro turno em 1998, FHC estabeleceu o que ficou conhecido como o tripé da política econômica: câmbio flutuante, metas de inflação e Lei de Responsabilidade Fiscal (Araujo e Gentil, 2021).

O governo Lula dá continuidade ao modelo econômico do governo anterior, ou seja, combina abertura comercial e financeira, mantém o tripé econômico (metas de inflação, superavit primário e câmbio flutuante). Lula escolheu não empreender nenhuma mudança estrutural que afetasse a acumulação rentista-financeira. O governo adotou a política que ficou conhecida como conciliação de classes, o que se traduziu em uma gestão ambígua, com diversos momentos de contradição, mas com uma estratégia de desenvolvimento nacional. “Ao mesmo tempo em que o Estado promovia políticas sociais redistributivas, mantinha os privilégios das classes rentistas” (Bruno, 2021a, p. 512).

Sob a boa reputação do governo Lula e os impactos da crise financeira global, o governo Dilma se inicia em 2011. A crise de 2008 poderia ter sido muito mais intensa, mas o governo Lula conseguiu atenuá-la com a expansão das operações de crédito direcionado ofertado pelos bancos públicos (Bruno, 2021a). A rentabilidade média do capital produtivo se sustentava tanto nas condições internas como nas externas (demanda por *commodities*), bastava que uma delas entrasse em queda para afetar o lucro médio. Essa variável havia subido até 2010, mas começa a cair no ano em que Dilma assume a presidência da República (Bruno, 2021b).

O *impeachment* da presidenta foi concretizado devido a insatisfação de setores do mercado com a política econômica do governo, bem como sua incapacidade de gerenciar a insatisfação popular que se espalhou pelo país a partir dos protestos de junho de 2013 (Freitas, 2021). O ano de 2016 marcou um retrocesso nas relações Estado-economia, a financeirização da economia avança enquanto os serviços, outrora públicos, são assumidos pela esfera privada. O governo de Temer retoma a face mais radical do neoliberalismo brasileiro (Araujo,



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

2025), com uma acentuada mudança na política econômica e abraçando explicitamente uma agenda ortodoxa-liberal (Oreiro, 2019).

São aprovadas duas grandes reformas: a da previdência e a trabalhista. Também foi aprovada a PEC 55, do teto de gastos, que congelou os gastos em saúde e educação por duas décadas. A política de Temer visava realizar uma forte contração fiscal e desregulamentar o mercado para que a iniciativa privada comandasse o processo econômico sem as amarras do Estado (Oreiro, 2019).

O governo Bolsonaro apresenta uma linha de continuidade com o de Temer (Oreiro, 2019; Araujo, 2025), mas essa agenda foi atropelada pela pandemia de COVID-19, embora não tenha sido abandonada. Essa dupla crise (sanitária e econômica) provocou queda no consumo das famílias e se espalhou por diversos setores, a taxa de desemprego atingiu 14,9% já no terceiro semestre de 2020 (Araujo, 2025).

Para enfrentar a crise, o Banco Central diminuiu a taxa básica de juros, que atingiu sua mínima histórica de 2% a.a. O governo decretou estado de calamidade pública, o que viabilizou o descumprimento das metas de resultado primário expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020. Também foram autorizadas despesas primárias não sujeitas ao teto de gastos. Esse orçamento foi destinado ao Sistema Único de Saúde (SUS) e ao financiamento do Auxílio Emergencial (Araujo, 2025). Em 2021, o governo retomou a orientação ultraliberal de sua política fiscal (consolidação fiscal e busca pelo equilíbrio fiscal), que ao final do ano registrou uma redução de 23% da despesa primária total.

4 METODOLOGIA

Esse trabalho apresenta uma série histórica para a taxa de mais-valia da economia brasileira entre 2000 e 2021, se categorizando como uma pesquisa quantitativa e documental, com base no Sistema de Contas Nacionais (SCN), desenvolvido pelo IBGE. Devido as mudanças metodológicas do SCN, o presente trabalho focará no período abrangido pela metodologia do SNA 2008.

A pesquisa, quanto ao objetivo, busca explicar as variações no tempo da taxa de mais-valia, evidenciando as transformações macroeconômicas e políticas. Quanto ao objeto, ela é do tipo: econômica, onde se investiga variáveis como produtividade, salário e mais-



27^o Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

valia; social (crítica), em que se analisam as relações sociais de produção; e histórico-estrutural, em que são examinadas as transformações do capitalismo no Brasil ao longo do século XXI, sob diferentes governos.

O método de pesquisa é teórico empírico, partindo de um referencial teórico marxista, especialmente por se utilizar da taxa de mais-valia para analisar a realidade brasileira. A taxa de mais-valia calculada nesse trabalho advém do conceito marxiano em que se calcula a razão entre a massa de mais-valia e o capital variável. A mais-valia é obtida subtraindo o capital variável do valor adicionado nos termos de Marx. Para essa conta, considera-se apenas o valor adicionado pelo setor produtivo, bem como o capital variável do setor produtivo.

Essas variáveis, nesses termos, não estão presentes no SCN, portanto, é necessária uma abordagem perante esses dados que nos imprimam resultados que se aproximem da taxa de mais-valia teorizada por Marx. Baseado na metodologia de Shaikh e Tonak (1994), Freitas (2021) desenvolve uma estrutura de análise que se aplique ao SCN e viabilize o cálculo da taxa de mais-valia.

Para tanto, o valor adicionado, no sentido marxista, é calculado pela fórmula:

$$VAm = RYp + VAp + PTd$$

Onde:

- VAp é o valor adicionado pelos setores produtivos;
- RYp são os *Royalties pagos aos setores produtivos*;
- PTd é a produção bruta do setor de distribuição (comércio).

Ou seja, o valor adicionado marxiano é a soma do valor adicionado do setor produtivo, o produto total do setor de comércio e os *Royalties* pagos ao setor produtivo. De antemão, é importante destacar que o SCN não contabiliza separadamente os *Royalties* pagos a cada setor, esse valor já está embutido no valor adicionado disponibilizado pelo IBGE.

Quanto aos setores considerados produtivos, foram considerados, de acordo com a nomenclatura e numeração do SCN: 01 Agropecuária, 02 Indústrias extrativas, 03 Indústrias de transformação, 04 Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos, 05 Construção, 07 Transporte, armazenagem e correio e por último 08 Informação e comunicação. O setor de distribuição (comércio) é o 06 Comércio.



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

Para encontrar do Capital Variável, Freitas (2021) calcula uma série de fatores entre trabalhadores ligados a produção e o total de trabalhadores, com auxílio da Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC), Pesquisa Industrial Anual (PIA), do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) e do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Esses fatores multiplicarão os respectivos dados de remuneração do SCN para obter um valor mais aproximado de Capital Variável.

O presente trabalho não se aterá a essa metodologia e a taxa de mais-valia será calculada com base no valor agregado de remuneração, sem o cálculo dos fatores entre trabalho produtivo e total, com o objetivo de simplificar o procedimento para obtenção da taxa de mais-valia, assumindo a hipótese de que essa mais-valia “agregada” tenha um comportamento parecido com a taxa de mais-valia calculada para Freitas. Essa semelhança é verificada a partir da correlação entre as duas variáveis, que foi de 93,10%.

Para complementar as análises, foram calculadas outras variáveis que podem se correlacionar com a taxa de mais-valia, como produtividade do trabalho, produtividade do trabalho produtivo (aqui entendida como a produtividade dos setores produtivos em relação ao próprio valor adicionado), remuneração do trabalhador e fator trabalho.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após o tratamento dos dados de produção, valor adicionado e remunerações dos setores produtivos, obteve-se uma série histórica da evolução da taxa de mais-valia desde o ano 2000, presentes na Tabela 1. Como foi sinalizado por Freitas (2021), a partir de 2016, a taxa de mais-valia começa a crescer novamente.

Esse crescimento era o começo de uma nova fase de acumulação de capital no Brasil, pois nos anos seguintes se observa o crescimento vertiginoso dessa taxa, como pode ser visualizado no Gráfico 1.

A partir de 2003, marcando o começo o governo Lula, a taxa de mais-valia diminuiu “devido a uma combinação de crescimento da produtividade do trabalho e de uma taxa de crescimento mais elevada do salário real médio dos trabalhadores da produção” (Freitas, 2021, p. 412). Esse período foi marcado por uma boa relação investimento/PIB, um crescimento do salário-mínimo real e pela criação e implementação do Bolsa Família, que



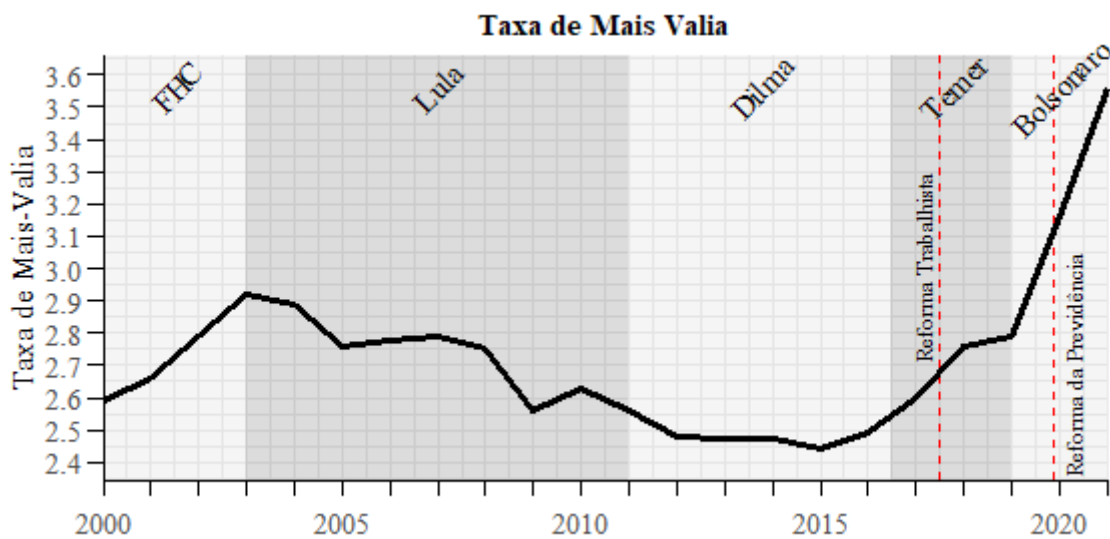
27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

contribuíram para a diminuição da pobreza no Brasil. Nesse período, a relação consumo/PIB também aumentou, principalmente devido ao crédito facilitado ao consumo (Araujo, 2021). Com isso, o crescimento médio do PIB entre 2003 e 2010 foi de 4,08% (Freitas, 2021).

Gráfico 1 - Taxa de Mais-valia entre 2000 e 2021



Fonte: SCN (2025).

Durante o final do governo de Fernando Henrique Cardoso, que vai de 2000 até 2003, observa-se uma tendência ascendente. Seu governo possuía uma agenda neoliberal e estabeleceu um conjunto de políticas que mudaram a relação capital-trabalho em favor do capital, aumentando a taxa de mais-valia brasileira.

É importante ressaltar que, apesar da alta correlação entre os dados obtidos e a taxa de mais-valia obtida por Freitas (2021), o que dá suporte a aproximação adotada, a ausência de uma distinção mais precisa entre os tipos de trabalho (produtivo e improdutivo) dentro dos setores analisados pode implicar em distorções pontuais nas taxas calculadas. A título de exemplo, em 2004, a taxa de mais-valia calculada por (Freitas, 2021) registrou alta, enquanto a encontrada na presente pesquisa registrou queda.



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

Tabela 1 - Taxa de mais-valia de 2000 a 2021

Ano	Taxa de Mais-Valia	Variação Anual (%)	2000=100%
2000	2,59	-	100,00%
2001	2,66	2,47%	102,47%
2002	2,79	5,05%	107,64%
2003	2,92	4,79%	112,80%
2004	2,89	-1,08%	111,58%
2005	2,76	-4,46%	106,60%
2006	2,78	0,50%	107,14%
2007	2,79	0,56%	107,74%
2008	2,75	-1,38%	106,25%
2009	2,56	-7,09%	98,71%
2010	2,63	2,77%	101,45%
2011	2,56	-2,61%	98,80%
2012	2,48	-3,06%	95,78%
2013	2,47	-0,59%	95,21%
2014	2,47	-0,06%	95,16%
2015	2,44	-0,92%	94,28%
2016	2,49	1,95%	96,12%
2017	2,60	4,55%	100,49%
2018	2,76	5,96%	106,48%
2019	2,79	1,22%	107,78%
2020	3,16	12,96%	121,75%
2021	3,56	12,70%	137,21%

Fonte: SCN (2025).

Apesar da redistribuição não ter afetado os rendimentos de propriedade (Freitas, 2021), o governo Lula realizou políticas que mudaram a relação capital/trabalho em favor do trabalhador, principalmente quando se compara ao período anterior. Como pode ser visto no Gráfico 2, construído com base nos dados das Tabela 2 e Tabela 3, a queda da mais-valia nos governos Lula se deu junto ao aumento da produtividade no setor produtivo e dos salários médios no setor produtivo.

O governo Dilma, por outro lado, enfrenta a queda da produtividade do trabalho produtivo, no mesmo ano em que assume a presidência e no mesmo ano em que a taxa de lucro do setor produtivo começa a cair, como aponta Bruno (2021b). A remuneração por



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

trabalhador ainda cresce até 2013 para então cair a partir de 2014. A taxa de mais-valia tem comportamento oposto, ela diminui, estabiliza, atinge seu valor mais baixo em 2015 e volta a crescer em 2016, quando acontece o *impeachment* da presidenta.

Tabela 2 – Produtividade dos trabalhadores dos setores produtivos

Ano	Produtividade dos trabalhadores produtivos, em relação ao Valor Adicionado (R\$/trabalhador)	Variação Anual (%)	2000=100%
2000	R\$ 11.733,31	-	100,00%
2001	R\$ 12.058,10	2,77%	102,77%
2002	R\$ 12.122,85	0,54%	103,32%
2003	R\$ 12.417,42	2,43%	105,83%
2004	R\$ 12.720,13	2,44%	108,41%
2005	R\$ 12.297,81	-3,32%	104,81%
2006	R\$ 12.461,46	1,33%	106,21%
2007	R\$ 13.119,53	5,28%	111,81%
2008	R\$ 13.704,06	4,46%	116,80%
2009	R\$ 13.322,99	-2,78%	113,55%
2010	R\$ 14.311,60	7,42%	121,97%
2011	R\$ 15.042,46	5,11%	128,20%
2012	R\$ 14.822,48	-1,46%	126,33%
2013	R\$ 14.759,16	-0,43%	125,79%
2014	R\$ 14.112,80	-4,38%	120,28%
2015	R\$ 13.830,36	-2,00%	117,87%
2016	R\$ 13.606,05	-1,62%	115,96%
2017	R\$ 13.615,48	0,07%	116,04%
2018	R\$ 13.862,42	1,81%	118,15%
2019	R\$ 13.833,83	-0,21%	117,90%
2020	R\$ 15.162,57	9,61%	129,23%
2021	R\$ 16.086,86	6,10%	137,10%

Fonte: SCN (2025).

O governo Temer, como já foi visto, implementou uma agenda ortodoxo-liberal, com o intuito de realizar reformas liberalizantes (como foram as reformas trabalhistas e da previdência) e reafirmou a condução ortodoxa da política econômica (Oreiro, 2019). Observam-se os efeitos disso no Gráfico 2, a remuneração por trabalhador diminui e a taxa de



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

mais-valia aumenta, ainda que em taxas modestas. A produtividade não é afetada de imediato, algo que acontecerá durante o governo Bolsonaro

Tabela 3 – Remuneração média do trabalhador no período de 2000-2021

Ano	Remuneração Média do setor produtivo (R\$/trabalhador)	Variação Anual (%)	2000=100%
2000	R\$ 4.491,84	-	100,00%
2001	R\$ 4.557,27	1,46%	101,46%
2002	R\$ 4.345,56	-4,65%	96,74%
2003	R\$ 4.419,43	1,70%	98,39%
2004	R\$ 4.553,96	3,04%	101,38%
2005	R\$ 4.660,92	2,35%	103,76%
2006	R\$ 4.784,03	2,64%	106,50%
2007	R\$ 5.068,32	5,94%	112,83%
2008	R\$ 5.379,41	6,14%	119,76%
2009	R\$ 5.652,88	5,08%	125,85%
2010	R\$ 5.856,77	3,61%	130,39%
2011	R\$ 6.316,77	7,85%	140,63%
2012	R\$ 6.538,61	3,51%	145,57%
2013	R\$ 6.618,81	1,23%	147,35%
2014	R\$ 6.437,06	-2,75%	143,31%
2015	R\$ 6.441,62	0,07%	143,41%
2016	R\$ 6.260,15	-2,82%	139,37%
2017	R\$ 6.136,15	-1,98%	136,61%
2018	R\$ 5.968,25	-2,74%	132,87%
2019	R\$ 5.909,04	-0,99%	131,55%
2020	R\$ 5.757,56	-2,56%	128,18%
2021	R\$ 5.397,92	-6,25%	120,17%

Fonte: SCN (2025).

Em 2017 é aprovada a reforma trabalhista, e a taxa apresenta um aumento em torno de 5% em 2017 e 2018. Em 2019, apresenta crescimento menos acentuado. No fim desse mesmo ano, é aprovada a reforma da previdência. A partir de 2020, primeiro ano da pandemia, a taxa de mais-valia cresce a proporções sem precedentes nessa série histórica, aumentando 12,96% em 2020 e 12,70% em 2021.



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

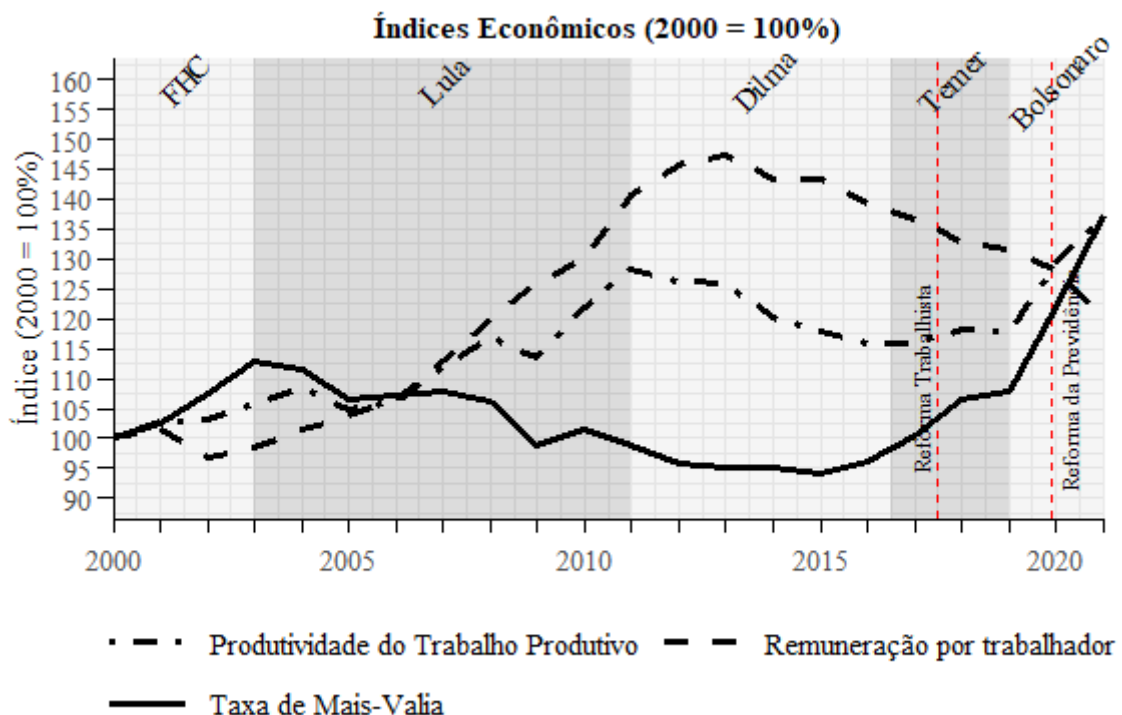
Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

O governo Bolsonaro veio com diversas pautas liberais, como a reforma da previdência e privatização de estatais, como Eletrobras. Essas medidas afetam a taxa de mais-valia, mas os efeitos dessas medidas são turvos devido os impactos gigantescos da pandemia de COVID-19.

Sob essa agenda liberal, sem o devido gerenciamento da crise imposta pela pandemia (que culminou na morte de mais de 700 mil brasileiros), a exploração do trabalhador atingiu os maiores níveis dentro das contas nacionais, o que é constatado pelo crescimento acentuado da taxa de mais-valia, o que pode ser um comportamento esperado em períodos de crises generalizadas, como foi a provocada pela COVID-19.

Gráfico 2 – Comparação entre índices de produtividade do trabalho, taxa de mais-valia e remuneração por trabalhador



Fonte: SCN (2025).

Nesse mesmo período, a remuneração por trabalhador no setor produtivo continua sua tendência de queda. Entretanto, destaca-se que o crescimento também vertiginoso da



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

produtividade no setor produtivo, acompanhando, como não acontecia desde 2005, a taxa de mais-valia.

A partir do ano de 2005, o aumento da produtividade do trabalho não se refletiu no aumento da exploração do trabalhador, pelo contrário, o comportamento da taxa de mais-valia indica que esta diminuía enquanto a produtividade e a remuneração aumentavam durante os governos Lula. A partir de 2013, a taxa de mais-valia e a produtividade decrescem juntas. Mas em 2019 a produtividade deixa de se comportar como a remuneração do trabalhador e passa a aumentar junto com a taxa de mais-valia, um forte indício de que esse aumento de produtividade se constrói com base no aumento da exploração do trabalhador do setor produtivo, enquanto o salário no setor decresce.

Conforme aponta Freitas (2021), uma das maneiras de escrever a taxa de mais-valia é pela fórmula:

$$\text{taxa de mais valia} = \frac{\pi_p}{w_p} - 1$$

Em que π_p é a produtividade do trabalho e w_p é o salário médio. Escrito de outra maneira, tem-se que:

$$\pi_p = (\text{taxa de mais valia} + 1) \cdot w_p$$

O que essa equação diz é que a produtividade é proporcional tanto a taxa de mais-valia, quanto aos salários. A trajetória ascendente da produtividade enquanto a taxa de mais-valia decrescia é explicada pela maior ascensão dos salários, compensando o efeito. Analogamente, quando a taxa de mais-valia cresceu, os salários diminuíram.

Em 2020 e 2021, a produtividade do trabalho passa a aumentar junto com a taxa de mais-valia porque essa compensa o efeito descendente dos salários, o que significa que o trabalhador está gerando muito mais valor em relação ao próprio salário, aumentando a produtividade às custas de sua própria exploração.

A partir dos resultados apresentados, o presente trabalho sintetizará seus principais achados na seção seguinte.

6 CONCLUSÃO

A partir da análise do comportamento da taxa de mais-valia em comparação com outras variáveis econômicas, como a produtividade do trabalho produtivo e a remuneração



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

média do setor produtivo, é possível traçar um panorama de como essa variável se relaciona com a economia brasileira.

Os dados da taxa de mais-valia no período analisado ajudam a compreender as transformações estruturais do capitalismo brasileiro. Nos governos petistas, observou-se uma tentativa de redistribuição de renda que se beneficiava do crescimento econômico proporcionado pela bonança internacional, o que abriu espaço fiscal para a implementação de políticas redistributivas. Entretanto, esse modelo entrou em colapso quando a taxa de lucros do setor produtivo e a produtividade do trabalho começaram a cair.

A taxa de mais-valia passa a crescer após o golpe jurídico-parlamentar de 2016, momento em que o projeto de neoliberalismo atenuado dos governos petistas é substituído por um padrão de acumulação ultraliberal, ainda mais orientado aos interesses do grande capital especulativo e ao esvaziamento do Estado, inaugurando uma trajetória de intensificação da exploração do trabalho.

O governo Bolsonaro não apenas deu continuidade a esse projeto, como também o aprofundou, como demonstra o crescimento vertiginoso da taxa de mais-valia em um contexto de pandemia e de governo de ultradireita. Nesse mesmo período, a produtividade do trabalho produtivo, que até então acompanhava a trajetória da remuneração média, se dissocia dela e passa a seguir a trajetória da taxa de mais-valia — indicando que o aumento da produtividade passou a compensar a queda na remuneração média do trabalhador.

Esses resultados atualizam o conhecimento acerca dessa variável central da teoria marxista no contexto brasileiro e ampliam o escopo de análise para além do impeachment da presidenta Dilma. Até então, havia apenas a indicação de que a taxa de mais-valia havia voltado a crescer a partir de 2016, sem uma mensuração clara de sua evolução ao longo dos anos seguintes.

É importante ressaltar a limitação metodológica decorrente da não aplicação dos fatores de correção do trabalho produtivo por setor, o que permitiria uma estimativa mais precisa da taxa de mais-valia agregada.

Em síntese, os resultados evidenciam uma intensificação das contradições estruturais do capitalismo brasileiro, marcada pelo acirramento da exploração do trabalho nos anos de



27º Seminário de Pesquisa do CCSA

Governança global e os desafios transnacionais na democracia

22 a 26 de setembro de 2025

2020 e 2021 — período em que o ganho de produtividade foi obtido às custas do trabalho não pago, sem qualquer contrapartida ao trabalhador.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Victor L. D. O primeiro governo Lula (2003-2006): retomada do crescimento e bonança internacional. In: ARAUJO, Victor L. D.; MATTOS, Fernando A. M. D. **A economia brasileira de Getúlio a Dilma - novas interpretações**. São Paulo: Hucitec, 2021. Cap. 17, p. 469-490.

ARAUJO, Victor L. D. Economia brasileira sob o governo Bolsonaro (2019-2022): neoliberalismo radical e pragmatismo econômico. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, 29 Abril 2025. 77-112. Disponível em: <<https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/1210>>. Acesso em: 10 julho 2025.

ARAUJO, Victor L. D.; GENTIL, Denise L. O segundo governo FHC: consolidação e crise do projeto neoliberal. In: ARAUJO, Victor L. D.; MATTOS, Fernando A. M. D. **A economia brasileira de Getúlio a Dilma - novas interpretações**. São Paulo: Hucitec, 2021. Cap. 15, p. 448-468.

BRUNO, Miguel. O segundo governo Lula (2007-2010). In: ARAUJO, Victor L. D.; MATTOS, Fernando A. M. D. **A economia brasileira de Getúlio a Dilma - novas interpretações**. São Paulo: Hucitec, 2021a. Cap. 17, p. 491-516.

BRUNO, Miguel. Os governos Dilma Rousseff: da "Nova Matriz Macroeconômica" ao golpe de 2016. In: ARAUJO, Victor L. D.; MATTOS, Fernando M. D. **A economia brasileira de Getúlio a Dilma - novas interpretações**. São Paulo: Hucitec, 2021b. Cap. 18, p. 517-535.

FREITAS, Antonio. The Rate of Surplus Value in Brazil, 1996–2016. **Review of Radical Political Economics**, 53, n. 3, set. 2021. 398-422. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/04866134219894>>. Acesso em: 30 junho 2025.

IBGE. **Sistema de Contas Nacional (SCN)**. Brasil. 2025.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle.

OREIRO, José L. A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: uma avaliação preliminar, 29 Setembro 2019. 1-28. Disponível em: <<http://rgdoi.net/10.13140/RG.2.2.28213.01766>>. Acesso em: 09 julho 2025.

SHAIKH, Anwar M.; TONAK, E. A. **Measuring the Wealth of Nations: The Political Economy of National Accounts**.